

19 OUT 1996

Tucanos debatem dívidas estaduais

CORREIO BRAZILIENSE

Público

Rio — O governador de Minas, Eduardo Azeredo (PSDB), disse que os governos estaduais fizeram “praticamente” todos os ajustes em suas finanças públicas. Ele afirmou concordar com o presidente Fernando Henrique Cardoso quando diz que os dois lados — governos federal e estadual — precisam se ajudar, mas garantiu já ter realizado “os acertos possíveis”.

Azeredo falou à imprensa durante almoço da cúpula do PSDB na casa do candidato tucano à prefeitura do Rio, Sérgio Cabral Filho. Também presente, o governador fluminense Marcello Alencar disse que o movimento dos governadores pela renegociação das dívidas está sendo “mal compreendido”.

O ex-ministro da Fazenda Ciro Gomes fez coro às declarações de Azeredo e Alencar. “Eu tenho dificuldade em aceitar as críticas do presidente, pois ele faz coisas, como compor a dívida do Rio Grande do Sul”, disse. “Não que ele não tenha de dar essas ajudas, mas é necessário que se faça imposições para se evitar abusos nas finanças públicas”, completou Gomes.

JUSTIÇA

Ciro Gomes cobrou do presidente “regras justas” nas renegociações das dívidas. Segundo ele, quando era governador do Ceará

conseguiu “arrumar as finanças e, atualmente, o estado é excluído dos programas de suplementação do governo federal”. O problema central, brincou, “é que quando os governadores se reúnem o Tesouro Nacional treme”.

O governador de São Paulo, Mário Covas (PSDB), disse que não haverá discriminação entre estados mais ricos ou pobres na hora de renegociar as dívidas estaduais.

“As condições de cada um são diferentes, mas todos terão direito a negociar”, declarou. Ele negou a possibilidade de São Paulo ficar fora da negociação. “Podemos ter um estado mais forte, mas também temos mais dívidas do que muitos outros.”

ALÍVIO GOIANO

O governo de Goiás conseguiu rolar a dívida mobiliária (adiar o resgate de títulos que negociara no mercado para obter dinheiro) do estado, de R\$ 889 milhões, por 30 anos, com juro de 6% ao ano mais a correção pelo IGP-DI (Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna, que mede a inflação).

O acordo também prevê créditos de R\$ 792 milhões e permite às estatais goianas negociar R\$ 300 milhões em contas com os órgãos federais. O governo estadual espera renegociar ainda suas dívidas fundadas (empréstimos externos).